



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSITO





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2922421370



2º NOME E SOBRENOME
VINICIUS RODRIGUES PEREIRA

1ª HABILITAÇÃO
06/09/1996

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
19/07/1977, CORONEL FABRICIANO, MG

4a DATA EMISSÃO
12/12/2024

4b VALIDADE
12/12/2034

ACC


4c DOC IDENTIDADE / ORIG EMISSOR / UF
M9244436 SSP MG

4d CPF
039.416.456-33

5 Nº REGISTRO
02181210006

9 CAT HAB
B

NACIONALIDADE
BRASILEIRO(A)

FILIAÇÃO
JOAQUIM ESTELBERTO PEREIRA

7 ASSINATURA DO PORTADOR

MARINA RODRIGUES PEREIRA

	9	10	11	12
ACC				
A				
A1				
B			12/12/2034	
B1				
C				
C1				

	9	10	11	12
D				
D1				
BE				
CE				
C1E				
DE				
D1E				

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL
BELO HORIZONTE, MG

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO

20621834286
MG075433789

MINAS GERAIS

2922421370

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN

2. a) Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data de Emissão / Date and Place of Birth / Data de Nascimento / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4. Data de Emissão / Issuing Date / DDMMYYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date / Validade / Validez – AGE – 4c. Documento Identificação / Orgão emissor / Identity Document / Issuing Authority / Documento de Identificação / Autoridad Emissora – 5. Número de Registro da CNH / Driver License Number / Número de Permisso de Conducir / Registro de la CNH / 6. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver License Category / Categoria de Vehículos / Categoría de Vehículos / 7. Filiação / Filiação / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones / Observaciones / 13. Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad / Nacionalidad.

I<BRA021812100<063<<<<<<<<<<
7707191M3412123BRA<<<<<<<<<4
VINICIUS<<RODRIGUES<PEREIRA<<<

SOUSA BARROS DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ:59.753.398/0001-80

INSC. EST.:12.896.435-9

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO/ COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE AMARANTE DO MARANHÃO – MA

- Pregão Eletrônico nº 022/2025 – Processo Adm. nº 163/2025
Recorrente: SOLUÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA
Contrarrazoante: SOUSA BARROS DISTRIBUIDORA LTDA (EPP)

SOUSA BARROS DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 59.753.398/0001-80, empresa de pequeno porte regularmente constituída, vem, com o devido respeito, apresentar suas

CONTRARRAZÕES

ao Recurso interposto por **SOLUÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA**, pelas razões que seguem.

1) SÍNTESE DO CASO

A Recorrente foi **desclassificada** por **descumprimento do item 4.10.2 do Edital** (obrigatoriedade de informar **marca, modelo e fabricante** na proposta), tendo constado nos registros do sistema que a proposta estava “EM DESCONFORMIDADE COM O ITEM 4.10.2. *Marca, modelo e fabricante*” (vários itens, inclusive o **0042**, objeto do recurso). Consta, por exemplo, no histórico do item 0042: “Cancelado – EM DESCONFORMIDADE COM O ITEM 4.10.2. *Marca, modelo e fabricante de cada item ofertado*” (registro de **21/08/2025 – 13:18:19**, vinculado à Recorrente).

O Edital exige de forma expressa que a **proposta** contenha **marca, modelo, tipo, fabricante e procedência** (item 8.3, “d”) e, no capítulo das **propostas no sistema**, repete a exigência no item 4.10.2 (“**Marca, modelo e fabricante de cada item ofertado**”). Também prevê **desclassificação** das propostas que **não estejam em conformidade** com o edital, **com registro da motivação no sistema** (itens 5.3 e 5.4).

A Recorrente sustenta basicamente que:

- “preencheu” os campos de marca/modelo/fabricante (ou que seria mero vício sanável, pois indicou “marca própria”);
- a sessão teria sido “retomada” em 02/09 sem aviso e (iii) requer “30 minutos” para complementar informações.

SOUSA BARROS DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ:59.753.398/0001-80

INSC. EST.:12.896.435-9

Como se demonstrará, **nenhum** desses pontos procede.

2) PRELIMINARES**2.1. AUSÊNCIA DE DIALETICIDADE E DE PROVA MÍNIMA (NÃO CONHECIMENTO PARCIAL)**

O recurso **não** enfrenta adequadamente a motivação objetiva do ato – descumprimento do **item 4.10.2** –, limitando-se a afirmar que os campos teriam sido preenchidos **sem comprovar** nos autos o suposto preenchimento correto (prints do sistema, cópia da proposta com marca/modelo/fabricante etc.). Ao contrário, **os logs oficiais da Ata** indicam a **desconformidade com 4.10.2** exatamente para a proposta da Recorrente no **item 0042**.

Requer-se, portanto, **o não conhecimento** desta parte por **ausência de dialeticidade e prova mínima**.

2.2. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO E AUSÊNCIA DE NULIDADE ÚTIL QUANTO A DATA DE ABERTURA

A Recorrente alega abertura “retomada” sem aviso. Contudo, a **Ata Parcial** registra, em “**Datas Relevantes**”, o **novo cronograma (final de propostas 02/09/2025 08:00 e início da sessão 02/09/2025 09:00)** e, em “**Alterações de prazos/Republicações**”, a **data e o agente** que promoveu a alteração (**25/08/2025 09:35 – Valdenilson de Sousa Costa**). Há inclusive registro de **resposta a impugnação** em 29/08 e **mensagens do Pregoeiro no chat** na abertura de 02/09:

(“BOM DIA”, “AS PROPOSTAS APRESENTADAS SERÃO ANALISADAS”, “MANTENHAM-SE CONECTADOS”).

Tudo **publicado e registrado** no próprio sistema oficial.

Logo, **não há nulidade**: houve **publicidade e registro** no sistema; e a Recorrente **participou**, pois sua proposta já constava e foi analisada no dia 02/09. **Sem prejuízo**, não há nulidade a reconhecer.

2.3. INADMISSIBILIDADE DO PEDIDO SUBSIDIÁRIO DE “30 MINUTOS” DE PRAZO

SOUSA BARROS DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ:59.753.398/0001-80

INSC. EST.:12.896.435-9

O Edital delimita claramente as fases e prazos: a **exigência de marca/modelo/fabricante** é **prévia e essencial** à **proposta** (itens 8.3 “d” e 4.10.2).

Após a disputa, o **item 8.2** fala em 2 horas para a proposta ajustada do primeiro colocado – situação que não se aplica à Recorrente (desclassificada antes da fase competitiva por não atender requisito essencial).

O **item 8.6** ainda veda **alteração do conteúdo** da proposta, ressalvados **erros formais evidentes** – o que não abrange a **falta de indicação de marca** (elemento material de identificação do objeto).

3) MÉRITO

3.1. VINCULAÇÃO AO EDITAL: MARCA “PRÓPRIA” NÃO SATISFAZ O ITEM 4.10.2

O edital é explícito: é obrigatório informar marca, modelo e fabricante (4.10.2; 8.3, “d”). “**Marca própria**” não é **marca**, nem **modelo**, nem identifica fabricante/procedência. Trata-se de designação **genérica**, incapaz de individualizar o produto e de permitir **verificação de aderência** às especificações do Termo de Referência. O pregoeiro, como manda o **item 5.3**, deve **desclassificar** propostas em desconformidade; e essa **desclassificação** deve ficar fundamentada e registrada no sistema (item 5.4), exatamente como ocorreu: o log do sistema registra a motivação “em desconformidade com o **item 4.10.2**” para a proposta da Recorrente no item 0042.

Prova documental do sistema: Ata registra, para o **item 0042**, proposta da Recorrente (25.109.467/0001-03) cancelada por **descumprimento do 4.10.2**.

3.2. ISONOMIA E COERÊNCIA DO JULGAMENTO (CASOS IDÊNTICOS = MESMA SOLUÇÃO)

A ata mostra vários licitantes com propostas canceladas pelo mesmo motivo (4.10.2) em diferentes itens (ex.: VR Costa, Lago, DGM, Masterfer etc.). Ou seja, a regra editalícia foi aplicada de modo uniforme e isonômico, sem qualquer discricionariedade pessoal dirigida à Recorrente.

3.3. “ERRO FORMAL SANÁVEL”? NÃO. EXIGÊNCIA É MATERIAL/ESSENCIAL

O próprio Edital distingue “**erros formais evidentes**” (que podem ser sanados – item 8.6) de conteúdo essencial da proposta. **Marca/modelo/fabricante** são

SOUSA BARROS DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ:59.753.398/0001-80

INSC. EST.:12.896.435-9

núcleo da identificação do **objeto** e da **verificação** de aderência ao Termo de Referência, não “detalhe cosmético”. Admitir que, após a entrega, o licitante defina a marca seria permitir alteração do **conteúdo** da proposta (vedado pelo **8.6**) e ferir a isonomia com quem cumpriu desde o início. O histórico da sessão comprova que o pregoeiro atuou exatamente como determinam os **itens 5.3 e 5.4** (verificação prévia e registro da motivação).

3.4. PUBLICIDADE E POSTERGAÇÃO DA SESSÃO: HOUVE REGISTRO E COMUNICAÇÃO OFICIAIS

O cronograma novo (propostas até **02/09/2025 08:00** e sessão **02/09/2025 09:00**) está **destacado** na **Ata Parcial** (“**Datas Relevantes**”), com trilha de “**Alterações de prazos/Republicações**” e identificação do responsável (**25/08/2025 – 09:35 – Valdenilson de Sousa Costa**).

Também há registro de “**Resposta à Impugnação 022/2025**” em **29/08** e **mensagens do chat** do pregoeiro na **manhã de 02/09**. Isso comprova **publicidade, motivação e ciência pelos licitantes no próprio sistema eletrônico**, conforme prevê o Edital (comunicação **exclusiva** via sistema durante a sessão – **item 5.2**).

Ainda que a Recorrente mencione que “impugnações não suspendem prazos” (o que o Edital realmente dispõe – **item 12.5**), o mesmo edital prevê a possibilidade de **transferência da sessão** por “**fato superveniente que impeça a realização**”, com **comunicação** a cargo do Pregoeiro (item **13.2**). De qualquer forma, o que importa é que **houve comunicação/registro oficial** no sistema e **ampliação** do prazo para envio das propostas, o que **afasta** a alegação de surpresa ou de falta de publicidade.

3.5. PEDIDO SUBSIDIÁRIO DE “30 MINUTOS” PARA COMPLEMENTAR MARCA – INVIÁVEL

O pleito de concessão de **30 minutos** para “**ratificar/complementar**” marca contraria:

- (i) a **vinculação ao edital** (marca/modelo/fabricante **já** deveriam constar – **4.10.2 e 8.3 “d”**);

SOUSA BARROS DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ:59.753.398/0001-80

INSC. EST.:12.896.435-9

(ii) o **item 8.2**, que só autoriza **proposta ajustada** do **primeiro colocado** após negociação (hipótese diversa); e;

(iii) o **item 8.6**, que **veda** alteração do **conteúdo** da proposta (definir marca **posteriormente** seria mudar o conteúdo, e não sanar mero erro formal).

3.6. REGULARIDADE DO PROSSEGUIMENTO DO CERTAME

A sessão prosseguiu normalmente no **novo cronograma** registrado; houve **diligências** (inclusive no **item 0042** em 05/09/2025 – 09:12:47) e **convites à readequação** quando cabíveis; a **classificação e adjudicação** seguiram, com publicação dos **vencedores** contendo **marcas/fabricantes** identificados (ex.: MEC Móveis, AOC, Lenovo, Vianflex etc.). Isso reforça que o requisito de **indicação de marca** é **essencial** e foi observado por quem permaneceu no certame.

4) CONCLUSÃO E PEDIDOS

Diante do exposto, requer a **SOUSA BARROS DISTRIBUIDORA LTDA**:

- A. Conhecer parcialmente o recurso e, na parte conhecida, NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a decisão que desclassificou a Recorrente por descumprimento do item 4.10.2 (falta de indicação idônea de marca, modelo e fabricante);
- B. Rejeitar a tese de nulidade por suposta falta de publicidade, tendo em vista os registros oficiais de alteração de prazos, a resposta à impugnação e as mensagens do chat do pregoeiro no próprio sistema;
- C. Indeferir o pedido subsidiário de concessão de “30 minutos” para “complementar” marca, por incompatibilidade com os itens 4.10.2, 8.2 e 8.6 do Edital;
- D. Manter os demais atos praticados e o regular prosseguimento do certame, preservando a isonomia e a vinculação ao instrumento convocatório.

Termos em que,

Pede deferimento.

SOUSA BARROS DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ:59.753.398/0001-80

INSC. EST.:12.896.435-9

Imperatriz/MA, 29 de setembro de 2025.

SOUSA BARROS

DISTRIBUIDORA

LTDA:59753398000180

Assinado de forma digital por
SOUSA BARROS DISTRIBUIDORA
LTDA:59753398000180
Dados: 2025.09.29 18:58:46
-03'00'

SOUSA BARROS DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ nº 59.753.398/0001-80

SOUSA BARROS DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ:59.753.398/0001-80

INSC. EST.:12.896.435-9

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Pregão Eletrônico nº 022/2025 – Processo Adm. nº 163/2025

Recorrente: IMPÉRIO EMPREENDIMENTOS LTDA

Contrarrazoante: SOUSA BARROS DISTRIBUIDORA LTDA (EPP)

Ilustríssima Comissão Permanente de Licitação / Pregoeiro

SOUSA BARROS DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 59.753.398/0001-80, empresa de pequeno porte regularmente constituída, vem, com o devido respeito, apresentar suas **CONTRARRAZÕES** ao Recurso interposto por IMPÉRIO EMPREENDIMENTOS LTDA, pelas razões que seguem.

I. SÍNTESE DO RECURSO DA IMPÉRIO

A Recorrente alega que:

1. Foi desclassificada no **Item 42** por supostamente apresentar **nota fiscal cancelada**, mas afirma ter anexado **outra nota fiscal válida** que comprovaria a exequibilidade;
2. Defende que o vício seria **sanável por diligência**, com base nos arts. 62, 63 e 64 da Lei nº 14.133/2021;
3. Sustenta que a desclassificação violaria os princípios da **proposta mais vantajosa** e da **razoabilidade**, representando excesso de formalismo;
4. Invoca o art. 71 da Lei nº 14.133/2021 para que a Administração reveja o ato com base no poder de autotutela.

II. DO QUADRO NORMATIVO APLICÁVEL

O Edital nº 022/2025 estabeleceu:

- Item 8.1: a proposta classificada em 1º lugar será analisada quanto ao preço, sua exequibilidade e cumprimento das especificações;

SOUSA BARROS DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ:59.753.398/0001-80

INSC. EST.:12.896.435-9

- Item 8.2: a proposta atualizada deve ser enviada em até 2 horas, sob pena de desclassificação;
- Item 8.7.2 a 8.7.4: diligência pode ser feita para **esclarecimento**, mas não para **suprir ausência ou substituir documentos essenciais**;
- Item 8.9: é **vedada a juntada posterior de documentos para atender exigência do edital** após o prazo;
- Itens 13.8 e 13.9: o edital adota formalismo moderado, mas preserva a vinculação às regras editalícias.

Ainda sobre o tema, a Lei nº 14.133/2021 reforça:

- Art. 64, §1º: o saneamento de falhas só pode ocorrer quando não houver alteração da substância;
- Art. 71: recurso deve ser encaminhado à autoridade, **mas não autoriza descumprimento do edital**;
- Art. 155, II: constitui infração apresentar declaração ou documentação falsa.

III. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS ARGUMENTOS DO RECURSO**1. Da alegação de nota fiscal válida além da cancelada**

A apresentação de **documento cancelado** compromete a confiabilidade da comprovação. A tentativa de juntar outro documento fora do prazo legal não é mero saneamento, mas **substituição vedada** pelo item 8.9 do Edital. O art. 64 da Lei 14.133/2021 não ampara a substituição de documento essencial, apenas a correção de falhas formais que não alterem a substância.

2. Do combate ao formalismo excessivo

Não se trata de formalismo exacerbado, mas de respeito à **vinculação ao edital** e ao princípio da **isonomia**. Permitir que um licitante corrija intempestivamente uma falha grave equivaleria a privilegiá-lo em detrimento daqueles que cumpriram integralmente as regras.

3. Da suposta necessidade de diligência

A diligência não serve para permitir que o licitante substitua documento inválido (nota fiscal cancelada). Serve apenas para esclarecer dúvidas. A Recorrente não foi prejudicada por formalismo, mas por **falha material insanável**.

SOUSA BARROS DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ: 59.753.398/0001-80

INSC. EST.: 12.896.435-9

4. Da autotutela administrativa

Não há vício ou ilegalidade a ser corrigido. O ato administrativo seguiu estritamente o edital e a Lei 14.133/2021. A autotutela não autoriza a Administração a desrespeitar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

IV. DO QUADRO NORMATIVO DO EDITAL APLICÁVEL À ACEITABILIDADE E À EXEQUIBILIDADE

O próprio Edital determina, após a etapa de lances e eventual negociação, que a proposta classificada em primeiro lugar será examinada quanto ao preço, sua exequibilidade e o cumprimento das especificações do objeto (itens 8.1 e 8.3), devendo o licitante enviar a proposta atualizada no prazo e forma estipulados (item 8.2, sob pena de desclassificação).

Quanto à inexecuibilidade, o Edital é taxativo: havendo indícios, o Agente de Contratação poderá realizar diligências para comprovação (item 8.7.2), mas veda a juntada posterior de documentos para atender exigência editalícia após o prazo do item 8.2 (item 8.9). Ou seja, diligência não é autorização para substituir documento essencial fora do prazo.

Ainda, o Edital consagra o formalismo moderado (item 13.8), porém subordinado à isonomia e ao interesse público, e fixa a vinculação ao instrumento convocatório (item 13.9).

V. OBSERVAÇÃO RELEVANTE SOBRE O ESCOPO DO ITEM 42 E O REGIME ME/EPP

O Item 42 não é cota reservada para ME/EPP; a reserva se aplica ao Item 43 (25%) e a outros itens, conforme Termo de Referência. Logo, a discussão sobre fruição de benefícios da LC 123/2006 não interfere na validade da desclassificação do Item 42, que é aberto.

De todo modo, o Edital exigiu que quem se declarar ME/EPP o faça **sob responsabilidade, cumprindo** o art. 3º da LC 123/2006, com **sanções** em caso de **falsidade** (itens 4.3 e 4.4). A Administração, portanto, **pode e deve** coibir **declarações inverídicas e participações indevidas em itens reservados**, independentemente do debate do Item 42

VI. DA INCONSISTÊNCIA DOS BALANÇOS CONTÁBEIS E DA IMPOSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP

SOUSA BARROS DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ: 59.753.398/0001-80

INSC. EST.: 12.896.435-9

Além da irregularidade na documentação de exequibilidade, a própria IMPÉRIO demonstra, em seus balanços patrimoniais, que **não poderia jamais ter se declarado como ME/EPP.**

- **Balanço 2024:**
 - Ativo Total: R\$ 8.651.121,97
 - Patrimônio Líquido: R\$ 8.479.892,24
 -
- **Balanço 2023:**
 - Patrimônio Líquido: R\$ 6.518.831,95

Ou seja: ponto grave que merece essa incompatibilidade entre os balanços patrimoniais da Recorrente e sua autodeclaração como ME/EPP.

De acordo com o **Balanço Patrimonial de 2024**, a IMPÉRIO EMPREENDIMENTOS LTDA apresentou **Patrimônio Líquido de R\$ 8.479.892,24.**

Já no exercício de 2023, o patrimônio líquido também ultrapassou os **R\$ 6,5 milhões**, valor igualmente superior ao limite de receita bruta anual permitido para o enquadramento como empresa de pequeno porte.

Tais valores superam em muito o limite de R\$ 4.800.000,00 fixado pelo art. 3º, II, da Lei Complementar nº 123/2006 para enquadramento como Empresa de Pequeno Porte.

Ao marcar no sistema eletrônico sua condição de ME/EPP, a IMPÉRIO prestou **declaração inverídica**, afrontando os itens **4.3 e 4.4 do Edital** e incorrendo na infração descrita no art. 155, II, da Lei nº 14.133/2021 (apresentação de declaração/documentação falsa).

Assim, é evidente que a IMPÉRIO, ao apresentar balanços com movimentação patrimonial superior a **R\$ 8 milhões**, **não se enquadra** em nenhuma das categorias de tratamento favorecido previstas na LC nº 123/2006.

A conduta da Recorrente, ao **assinalar indevidamente sua condição de EPP no sistema eletrônico**, afronta diretamente o disposto nos itens **4.3 e 4.4 do Edital**, que exigem a veracidade da declaração sob pena de **inabilitação e aplicação das sanções legais.**

Ademais, a **Lei nº 14.133/2021**, em seu art. 155, inciso II, prevê sanções administrativas para o licitante que apresentar declaração ou documentação falsa. Nesse contexto, os próprios documentos contábeis da Recorrente comprovam que sua declaração foi **materialmente inverídica**, comprometendo sua permanência no certame.

SOUSA BARROS DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ:59.753.398/0001-80

INSC. EST.:12.896.435-9

Portanto, a desclassificação da IMPÉRIO também se justifica por este fundamento autônomo: **seus balanços revelam que não poderia usufruir do regime jurídico das ME/EPP, tornando irregular sua participação e confirmando o acerto da decisão da Comissão.**

VII. CONCLUSÃO/PEDIDOS:

Diante de todo o exposto, a SOUSA BARROS DISTRIBUIDORA LTDA requer:

1. O não provimento do recurso administrativo interposto pela IMPÉRIO EMPREENDIMENTOS LTDA, mantendo-se sua desclassificação no Item 42;
2. A declaração de que a Recorrente **não poderia se beneficiar do regime jurídico de ME/EPP**, por apresentar balanços com valores acima do limite legal, tornando sua declaração inverídica;
3. O prosseguimento regular do certame, com adjudicação em favor das empresas habilitadas, preservando a legalidade, a isonomia e a competitividade.

Termos em que,

Pede deferimento.

Imperatriz/MA, 29 de setembro de 2025.

SOUSA BARROS
DISTRIBUIDORA
LTDA:597533980001
80

Assinado de forma digital por
SOUSA BARROS
DISTRIBUIDORA
LTDA:59753398000180
Dados: 2025.09.29 17:44:39
-03'00'

SOUSA BARROS DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ nº 59.753.398/0001-80